



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARUMBI

Estado do Paraná
Criado pela Lei Estadual nº. 4245 de 25/07/1960
CNPJ Nº. 75.711.246/0001-66

LEI Nº. 425/2009

Súmula: Define obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 30, de 13 de setembro de 2000.

O Prefeito do Município Marumbi, Estado do Paraná, Adhemar Francisco Rejani, submeteu à Câmara Municipal e aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei define as obrigações de pequeno valor a que se refere o § 3º do art. 100 da Constituição Federal conforme Emenda Constitucional nº30.

Art. 2º – Ficam definidas como sendo obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, aquelas cujos valores de execução não excedam a importância correspondente a 100 (cem) Unidades Fiscais do Município de Marumbi (UFM)

§ 1º – É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º – É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.

Art. 3º – O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de sessenta dias, contado da apresentação de requerimento à Secretaria da Fazenda, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º – **Art. 4º.** Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no §1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Marumbi, em 23 de Junho de 2009.

Adhemar Francisco Rejani

PREFEITO MUNICIPAL

